

Modelos de feminilidade e de feminismo bem-comportado das prefeitas de Santa Catarina

Joana Maria Pedro¹  0000-0001-5690-4859

Teresa Kleba Lisboa²  0000-0001-8328-7630

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900 – ppgh@contato.ufsc.br

²Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900 – ppgich@contato.ufsc.br



Resumo: Pouquíssimas prefeitas de Santa Catarina se identificam como feministas. Grande parte delas desconhece o sentido deste conceito e se diz feminina. Elas reforçam a ideia de antagonismo entre estes dois conceitos. Entretanto, várias têm apresentado um modelo de feminilidade que inclui a possibilidade de ocupar espaços de poder. As fontes deste texto têm origem na pesquisa para o projeto “Mandonas” e para o projeto “História das Mulheres Eleitas”, nos quais entrevistamos 30 prefeitas de Santa Catarina, entre 2022 e 2023, com a metodologia da História Oral. Destas, 26 foram eleitas em 2020 e as demais são ex-prefeitas. Temos considerado a identificação com o feminismo dentro de uma abordagem histórica que implica pensar a pluralidade. Os resultados trazem afirmações de estereótipos, políticas que beneficiam as mulheres e afirmações antifeministas.

Palavras-chave: Mulheres na política, feminismo, prefeitas, políticas para mulheres.

Models of femininity and well-behaved feminism: women mayors of Santa Catarina

Abstract: Very few women mayors in Santa Catarina identify as feminists. Most of them are unaware of the meaning of this concept and describe themselves as feminine, reinforcing the idea of antagonism between these two concepts. However, several presented a model of femininity that includes the possibility of occupying positions of power. The sources for this text originate from research for the “Mandonas” project and the “History of Elected Women” project, in which we interviewed 30 women mayors of Santa Catarina between 2022 and 2023, using the Oral History methodology. Of these, 26 were elected in 2020 and the others are former mayors. We considered identification with feminism within a historical approach that involves thinking about plurality. The results present affirmations of stereotypes, policies that benefit women, and anti-feminist statements.

Keywords: Women in politics, feminism, women mayors, policies for women.

Modelos de feminidad y feminismo bien portado: las alcaldesas de Santa Catarina

Resumen: Muy pocas alcaldesas de Santa Catarina se identifican como feministas. La mayoría de ellas desconoce el significado de este concepto, afirmando ser femeninas. Así se refuerza la idea de antagonismo entre esos dos conceptos. Sin embargo, varias han presentado un modelo de feminidad que incluye la posibilidad de ocupar espacios de poder. Las fuentes de este texto provienen de la investigación del proyecto “Mandonas” y del proyecto “Historia de las Mujeres Electas”, en el que entrevistamos a 30 alcaldesas de Santa Catarina entre 2022 y 2023 utilizando la metodología de Historia Oral. Veinte y seis de ellas fueron elegidas en 2020, mientras las restantes son exalcaldesas. Hemos considerado la identificación con el feminismo dentro de un enfoque histórico que implica pensar la pluralidad. Los resultados incluyen afirmaciones de estereotipos, políticas que benefician a las mujeres y declaraciones antifeministas.

Palabras clave: Mujeres en política, feminismo, alcaldesas, políticas para mujeres.

Introdução

Eu sou **feminina** [...], não sou taxativa [...] não tenho aquela bandeira do feminismo comigo. Defendo as mulheres, mas não sou feminista ao extremo, não. [...] Eu considero feminismo ao extremo quando a pessoa critica demais, critica todos os homens, não vê qualidade nenhuma, e diz que somente a mulher é totalmente certa [...] defende totalmente a mulher (Prefeita 2, PL).

Esta prefeita, em seu depoimento, apresenta um antagonismo entre ser feminina e feminista. Neste, ser feminista é defender apenas mulheres e rechaçar os homens. Trata-se de um discurso que tem longa duração nas manifestações antifeministas e remonta ao início do século XX, nas lutas sufragistas pelo direito de voto, que se tornou muito forte na chamada segunda onda feminista, nos anos setenta, e retorna agora, no século XXI, com a repetição de discursos antigos e a inclusão de novas formas de antifeminismo.

O Brasil é um dos piores países no Cone Sul em relação à presença de mulheres em espaços de poder e, entre os estados, Santa Catarina tem sido considerado um dos mais conservadores. Nos 295 municípios do Estado, em apenas 28 elegeram uma mulher para prefeitura, nas eleições de 2020. Os dados para este artigo fazem parte do projeto “MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)”¹ e do projeto “Histórias de mulheres eleitas: candidaturas e exercício de cargo político no Cone Sul (1982-2019)”². Aqui, focalizamos as mulheres que foram eleitas para exercer o cargo de prefeita nos 28 municípios de Santa Catarina, no pleito de 2021 a 2024. Entre 2023 e 2024, entrevistamos 30 (trinta) prefeitas, das quais 26 (vinte e seis) foram eleitas em 2020 e 04 (quatro) em anos anteriores, por meio da metodologia da História Oral. Gravamos voz e vídeo de forma presencial e, principalmente, de forma on-line, por meio da plataforma Zoom. Na coleta das entrevistas, seguimos as quatro etapas de operacionalização da História Oral propostas por Verena Alberti (2008): preparação das entrevistas – elaboração de um roteiro de perguntas; contatos e agendamento das entrevistas; realização das entrevistas; análise e interpretação dos dados. Na execução das entrevistas, levamos em consideração que se trata de uma relação dialógica entre entrevistada e entrevistadora e o que é narrado tem relação direta com a pessoa que pergunta (Alessandro Portelli, 1997). Na análise dos dados, seguimos a metodologia da análise de conteúdo (Laurence Bardin, 2011), separamos trechos das entrevistas e os agrupamos, buscando inferir os posicionamentos das entrevistadas a respeito do feminismo.

Para a realização da pesquisa, recebemos apoio da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), que disponibilizou a lista das prefeitas eleitas com seus respectivos contatos. Além disso, coletamos informações sobre o município e sobre a trajetória da prefeita em sites, blogs e relatórios do município. Nas entrevistas, focalizamos a subjetividade e perguntamos sobre as trajetórias de vida, o motivo que as levou para a política, os principais desafios e conquistas, suas concepções sobre feminismo e o principal legado que deixam para os municípios. Notamos que a maioria não faz referência às manifestações de violências políticas de gênero das quais são vítimas. Falam de competências, seriedade e comprometimento com o trabalho administrativo realizado nas prefeituras de seus municípios.

Neste artigo pretendemos, a partir dos depoimentos das prefeitas sobre ser “feminista”, “feminina” ou “antifeminista”, discutir: 1) a recorrência de preconceitos contra o feminismo no Brasil, em geral, e em Santa Catarina, em particular; 2) as diferentes ondas conservadoras que dificultam a manutenção e a conquista de direitos; 3) a emergência de um “feminismo bem comportado” que rechaça a nomenclatura, mas utiliza as conquistas de gerações anteriores e reflete na forma como as prefeitas administram suas cidades.

Perfil das prefeitas entrevistadas

Das 30 (trinta) mulheres entrevistadas, ao serem perguntadas como se identificam em relação à raça/etnia, somente uma delas respondeu: “Me identifico como mestiça. Na miscigenação de raças da nossa cidade de açorianos, me identifico com o povão”. Todas as demais se identificaram como branca. Este dado demonstra que, nos cargos de poder no estado de Santa Catarina, assim como no restante do Brasil, além de haver poucas mulheres, a grande maioria é branca. Note-se que, no componente populacional do Estado, conforme dados do Censo do IBGE (IBGE, 2022), 4,7% se identificam como pretas e 19,22% como pardas. Isso aponta para a discriminação ainda mais acentuada com as mulheres não brancas e demarca a importância do conceito de interseccionalidade.³

Apesar de ser cunhado por autoras negras norte-americanas como Patricia Hill Collins e Angela Davis nas décadas de 1960, Toni Cade Bambara, nos anos 1970, e pela brasileira Lélia

¹ Financiado pelo CNPq, Processo nº 404662/2021-8, edital Nº 18/2021 – Faixa B Grupos Consolidados.

² Financiado pelo CNPq, Processo nº 309875/2021-8, edital Nº 4/2021 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ.

³ Não foi objetivo desse artigo analisar a interseccionalidade das Prefeitas entrevistadas. Todavia, consideramos essa abordagem necessária em futuras pesquisas para compreendermos melhor como sistemas de opressão interseccionados – de classe, raça/etnia, gênero, etarismo, entre outros – se reproduzem no cotidiano de gestão.

Gonzalez, historiadora e militante do Movimento Negro Unificado em 1984, a interseccionalidade é conceituada academicamente, pela primeira vez, pela advogada negra, norte-americana, Kimberlé Crenshaw (1989, p. 89), “para apontar as distintas formas nas quais raça e gênero interagem, e como geram as múltiplas dimensões que constituem as experiências de mulheres negras”. O conceito foi sendo incorporado pelos Estudos Feministas que, para além das categorias raça e gênero, foram acrescentando diferentes marcadores sociais que interagem no cotidiano das mulheres como classe, orientação sexual, capacitismo, geração (etarismo), entre outros, apresentados aqui no perfil das prefeitas entrevistadas.

Em relação à idade, por ocasião da entrevista, a mais nova das prefeitas tinha 39 anos, e a mais velha em exercício possuía 65 anos de idade, sendo que a primeira prefeita do Estado de Santa Catarina (aposentada) estava com 81 anos de idade.

Quadro 1 – O estado civil das prefeitas entrevistadas

Casada	17
Solteira	02
União Estável	03
Divorciada	01
Separada	02
Viúva	05
TOTAL	30

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados das entrevistas.

#PraTodoMundoVer O Quadro possui duas colunas e sete linhas. A primeira coluna se refere ao estado civil e a segunda coluna apresenta os números. Das trinta prefeitas entrevistadas, dezessete são casadas, duas são solteiras, três estão em uma união estável, uma é divorciada, duas são separadas e cinco são viúvas.

A maioria se apresenta como “casada”, 17 (dezessete), e chama atenção o número de viúvas (cinco). Algumas delas partilharam com tristeza as causas das mortes dos maridos: acidentes de carro, enfarte fulminante, entre outros, que resultaram em longos períodos de luto e desolação.

Ao relatarem suas trajetórias de vida, ficou constatado que a grande maioria das prefeitas, 24 (vinte e quatro), nasceu em família com poucos recursos financeiros, é filha de agricultores, frequentou escolas multisseriadas e teve que sair de casa para trabalhar, nas mais diversas funções, como babá, empregada doméstica, operária de fábrica, para continuar os estudos em cidades maiores. Sendo assim, a demanda de esforços empreendidos por elas para alcançarem uma formação que ia além do Ensino Fundamental mostrou que somente quatro delas, a ex-prefeita de 81 anos de idade e mais três entrevistadas, não possuem formação de nível superior, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 2 – Nível de instrução das prefeitas entrevistadas

Nível de Instrução - Curso	Número de Prefeitas
Pedagogia	11
Administração	05
Direito	02
Contabilidade	01
Medicina	01
Enfermagem	02
Farmácia e Bioquímica	01
Educação Física	01
Teologia	01
Informática	01
Ensino Médio	03
Ensino Fundamental em Escola Multisseriada	01
TOTAL	30

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com dados das entrevistas.

#PraTodoMundoVer O Quadro possui duas colunas e treze linhas. A primeira coluna se refere ao nível de instrução, curso, e a segunda coluna apresenta os números. Das trinta prefeitas entrevistadas, onze cursaram Pedagogia, cinco cursaram Administração, duas concluíram o curso de Direito e duas o de Enfermagem, três encerraram o Ensino Médio e uma concluiu o Ensino Fundamental em Escola Multisseriada. Os cursos de Informática, Teologia, Educação Física, Farmácia e Bioquímica, Medicina e Contabilidade contam com uma Prefeitura graduada cada um.

Chama atenção o número de prefeitas que cursaram “Pedagogia” (11), um curso que, geralmente, capacita as pessoas a atuarem como mediadoras, planejadoras, avaliadoras e orientadoras, buscando estimular a curiosidade, a criatividade e o aprendizado daquelas que

o cursam. Ser professora, atuar no ensino, tem sido uma profissão que adquiriu um perfil de “trabalho de mulheres”, desde meados do século XIX no Brasil (Guacira Louro, 2008). A arte de ensinar e de cuidar foi considerada uma extensão das funções maternas, portanto, tornou-se uma profissão que não destoava da noção de feminilidade. Nos seus depoimentos, a maioria das prefeitas entrevistadas demonstrou grande preocupação com o ser humano, ou seja, tinha como meta o bem-estar e o cuidado com os moradores de seu município. Seria essa uma forma de discurso sobre a administração das cidades específica de mulheres?

A identificação com o feminismo e a filiação partidária

Sou **Feminista**. Porque foi a partir das teorias feministas que me descobri de fato como mulher. A partir do entendimento de conceitos que diferenciavam muito daquilo que eu fui instruída, educada, ensinada. Conceitos familiares e cristãos da minha comunidade. Pelo feminismo, entendi a diferença do que é ser uma mulher dentro da sociedade, de um mundo com conceitos patriarcais, construídos historicamente em detrimento à vida das mulheres (Ex-prefeita 2, PT).

Dá sempre a impressão de que **Feminismo** [...] é aquele radicalismo de olhar só o lado da mulher e de não ponderar os dois lados, não é? (Prefeita 3, PT).

Vemos, acima, dois posicionamentos diferentes sobre feminismo, e ambos de prefeitas do mesmo partido político. Uma pergunta que nos motivou foi saber se esses posicionamentos tinham alguma coisa a ver com o aspecto ideológico das prefeitas entrevistadas, por isso, abaixo, estamos trazendo os partidos pelos quais elas foram eleitas em 2020.

Para não as identificar, numeramos as prefeitas e as colocamos junto ao partido ao qual pertencem. Note-se que nem todas as prefeitas responderam sobre o que pensam do feminismo, além disso, por falta de espaço, nem todos os depoimentos foram colocados neste artigo.

Quadro 3 – Filiação partidária das prefeitas eleitas em 2020 e ex-prefeitas que responderam sobre feminismo

Partido	Prefeitas
PL – Partido Liberal	Prefeitas 1; 2; 4
PT – Partido dos Trabalhadores	Ex-Prefeita 2; Prefeitas 3; 10
MDB – Movimento Democrático Brasileiro	Prefeitas 5; 8; 11; 12; 14
PSD – Partido Social Democrático	Ex-Prefeita 1
PP – Partido Progressista	Prefeitas 7; 13
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira	Prefeitas 6; 9;

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com dados do Tribunal Regional Eleitoral, SC.

#PraTodoMundoVer O Quadro possui duas colunas e sete linhas. A primeira coluna se refere ao partido e a segunda coluna apresenta os números. Das mulheres entrevistadas que responderam sobre feminismo, três prefeitas são filiadas ao Partido Liberal, duas prefeitas ao Partido dos Trabalhadores, cinco prefeitas ao Movimento Democrático Brasileiro, duas prefeitas ao Partido Progressista, duas prefeitas ao Partido da Social Democracia Brasileira, uma ex-prefeita ao Partido Liberal e uma ex-prefeita ao Partido Social Democrático.

Como se pode perceber, a maioria das prefeitas entrevistadas elegeu-se por partidos considerados de direita, aqui identificados como o PL e o PP, uma vez que estamos considerando PSD, MDB e PSDB como de centro, e PT como de esquerda. Sabemos que esta divisão política entre esquerda, centro e direita tem sido alvo de grandes debates. Norberto Bobbio (1995) já nos lembrava que o grande embate é com a questão da igualdade: enquanto a esquerda tem como horizonte a busca da igualdade, a direita considera o fim da desigualdade um sonho impossível e que ela seria útil para que os seres humanos continuassem sua luta pelo melhoramento da sociedade. Podemos adiantar que, na atuação das prefeitas entrevistadas, não é tão simples assim. Em primeiro lugar, porque, durante as entrevistas, elas não se identificaram como sendo “de direita”, embora várias delas tenham nas redes sociais fotos com o ex-presidente da gestão 2019-2022. Note-se que várias prefeitas por nós consideradas como de partidos de centro também postaram este tipo de foto nas suas redes sociais. Vale mencionar que algumas argumentaram que não tiveram apoio do partido ao qual pertenciam (de centro ou de esquerda) porque seus integrantes não admitiam ter uma candidata mulher, e que foram, por esse motivo, chamadas por outro partido (quase sempre de direita), pelo qual se candidataram e venceram as eleições. Esta narrativa é feita por prefeitas oriundas da esquerda e de centro que, rejeitadas em seus partidos, buscaram espaços em partidos de direita.

A bibliografia tem mostrado que, nos municípios, os grandes embates dos partidos à direita ou à esquerda não são tão definidores dos caminhos da política. É comum encontrar

coligações eleitorais que juntam partidos dos mais diferentes espectros políticos. Estudos sobre prefeituras de Santa Catarina (Yan Carreirão, 2006) mostraram a diversidade de coligações e ainda apontaram que esta variedade ideológica de partidos não impede ou dificulta as eleições. Enfim, nos municípios, os grandes embates nacionais nem sempre se realizam.

Em seus depoimentos, um número significativo de prefeitas avalia que uma boa gestão não depende da linha partidária; o que importa é o que ela consegue fazer em prol dos habitantes do município e não o que o partido dita ou impõe. Também ocorre que algumas prefeitas herdaram a filiação partidária de seus familiares, como pai ou marido. Narrativas sobre heranças familiares são muito frequentes. Várias se candidataram diante do impedimento de familiares que já estavam na política e, portanto, herdaram filiações partidárias.

O que se constata é que, entre as eleitas em 2020 e as ex-prefeitas entrevistadas, a maioria das prefeitas filiadas aos partidos PT, PSDB e MDB teve mais facilidade em se identificar como feministas, esclarecendo o seu entendimento: “defender as mulheres, lutar pelos direitos delas, estar sempre presente nas lutas para conseguir os direitos, mostrar nossa força...”. Por outro lado, algumas prefeitas filiadas aos partidos PL, PP e PSD nem mesmo sabiam o significado de “Feminismo” e se declararam “Femininas” e “não Feministas”, demonstrando sua preocupação com o caráter “extremista” do conceito.

As prefeitas e o feminismo

Feminista? Meu Deus, eu nunca parei para pensar nisso (Prefeita 4, PL).

Ai, meu Deus, professoras, agora? Feminista? Não faço nem muita ideia agora, assim. Querem clarear alguma coisa para mim? (Ex-prefeita 1, PSD).

Grande parte das prefeitas demonstrou, durante a entrevista, uma grande surpresa ao escutar a pergunta: “você se considera feminista, feminina ou antifeminista?”, principalmente em relação à palavra feminista. Diversos fatores podem estar associados a este comportamento. Vamos propor alguns, como: a) o estigma em torno do que representa “ser feminista”, expresso na longa duração da sociedade ocidental; b) a onda conservadora que passou a ser sentida no Brasil a partir de 2015, e que foi fortalecida pelo governo federal, que atuou entre 2019 e 2022, avesso à causa das mulheres e, especialmente, ao feminismo; c) a especificidade do conservadorismo no Estado de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina tem uma tradição conservadora. No século XIX e início do XX foi, juntamente com o Paraná e o Rio Grande do Sul, território de uma política de embranquecimento da população. Grande parte do território catarinense foi loteado e oferecido para migrantes oriundos da Itália, Alemanha, Polônia, Ucrânia. Terras chamadas de “devolutas” que, na verdade, eram habitadas por nativos e caboclos, foram ocupadas por estes migrantes, que expulsaram e eliminaram os nativos. Vale mencionar a Guerra do Contestado (1912 a 1916), que foi o resultado de uma crise na República Velha. O conflito armado foi uma resposta do poder republicano à ousadia dos sertanejos que enfrentaram o avanço capitalista na região (Teresa Lisboa, 2003). Durante a Segunda Guerra, neste mesmo território surgiram células nazistas e fascistas, que faziam emergir um discurso de superioridade em relação à população de origem portuguesa e originária (Marlene de Fáveri, 2005). No século XXI temos visto emergir, novamente, em Santa Catarina, células neonazistas (Fernanda Pessoa, 2023). A antropóloga Adriana Dias (2007) encontrou, em sua pesquisa, um número significativo de pessoas que seguiam sites neonazistas. De acordo com ela, “as estatísticas dos movimentos antirracistas apontam para o fato de que pelo menos noventa mil pessoas estejam diretamente envolvidas em grupos neonazistas, cerca de metade disto apenas no estado de Santa Catarina” (Dias, 2007, p. 35). Por outro lado, convém destacar que o Estado elegeu a primeira deputada negra do Brasil: Antonieta de Barros, e que, em eleições anteriores, a esquerda recebeu um grande maior número de votos, chegando a eleger uma senadora. Além disso, vários movimentos sociais surgiram no Estado e têm se destacado com pautas reivindicatórias importantes, a favor das mulheres, como o movimento de mulheres agricultoras.

É também neste estado, porém, que têm se fortalecido discursos neoconservadores, os quais têm impactado especialmente a atuação de mulheres em espaços de liderança na grande maioria dos municípios catarinenses, e desafiado a efetivação de seus direitos. A eleição em 2018, de um candidato à presidência da República no Brasil com um projeto moralista, fundamentalista e antifeminista, foi a ponta do iceberg de um movimento político conservador que prometia, entre outras coisas, defender a família, melhorar a segurança e flexibilizar as relações entre capital e trabalho, desmontando direitos há muito conquistados. Esse movimento teve viés internacional e ganhou força no Brasil, em geral, e, particularmente, em Santa Catarina, por meio da concretização de expressões de reforço da masculinidade, do antifeminismo e até mesmo da misoginia, em luta contra a chamada “ideologia de gênero”

(Assis Menin; Joana Maria Pedro, 2022). Toda essa movimentação tem sido alvo de estudos nas ciências humanas e sociais aplicadas.

O resultado das eleições para o governo do estado de Santa Catarina (2022) revelou que o candidato do Partido Liberal (PL) recebeu 70,69% dos votos válidos, contra 29,31% para o do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste mesmo ano, o ex-presidente, eleito em 2018, nas eleições de 2022 obteve, no estado, 62,21% dos votos válidos, contra 29,54% do presidente que foi eleito neste pleito (PT).⁴ Constatamos, portanto, uma relação significativa entre valores conservadores e o voto de catarinenses. Essa mesma inclinação manifestou-se nas eleições municipais (2024), quando a direita cresceu em número de prefeituras, utilizou discurso semelhante ao utilizado em 2022, fazendo, novamente, emergir a violência política de gênero, raça e classe, a desinformação e a xenofobia.

De acordo com Paulina Royer (2025), o neoconservadorismo tem se expressado em três conjuntos de ideias: 1. Na ideia de que a tradição e a moral cumprem uma função essencial para a manutenção da ordem social e da liberdade individual. Nesta perspectiva, a família e a religião são vistas como instituições fundamentais que resguardam a ordem moral. 2. Na retirada do papel e responsabilidade do Estado de certas áreas sociais para permitir, justamente, que as famílias e organizações religiosas assumam o papel central na regulação e provisão de serviços. 3. Na acusação de que qualquer intervenção estatal em temas de direitos, especialmente em direitos sexuais e reprodutivos, é parte de uma agenda neomarxista, feminista, que busca desestabilizar os valores tradicionais, os princípios morais e religiosos, e a estrutura das comunidades e da sociedade. Este enfoque gera um discurso reativo que posiciona o movimento neoconservador como defensor de uma “moral superior” frente aos ‘perigos’, reforçando a ideia de uma guerra cultural na qual se enfrentam o “bem” e o “mal”.

É neste contexto que se insere o cotidiano das 3,8 milhões de mulheres e meninas que vivem nos diferentes municípios do Estado de Santa Catarina.⁵ Sabemos que os partidos e as lideranças políticas desempenham um papel crucial na formação de opiniões e atitudes, mas, nos últimos anos, este movimento tem se apoiado na construção de uma rede de informações (e de desinformações) que se alimenta continuamente, utilizando-se de discursos simplificadores que deturpam debates políticos importantes, e que minam a construção de um pensamento crítico, especialmente importante no caso de grupos sociais fragilizados. Se esse é o caso, como desconstruir os discursos que incitam a desinformação e diferentes tipos de violência política? Como conscientizar as prefeitas mulheres de que “Ser Feminista” nada mais é do que nós, mulheres, nos preocuparmos e nos comprometermos com o direito a uma vida digna para todas as mulheres catarinenses, negras, indígenas, caboclas, camponesas, ribeirinhas, quilombolas, brancas, entre outras, garantindo-lhes: o direito a uma vida sem violências; direito à igualdade de oportunidades; direito a não sofrer nenhum tipo de discriminação, quer seja de gênero, classe ou raça/etnia; direito ao trabalho, à propriedade, à educação e à saúde; direito a soberania e saberes dos povos tradicionais, enfim, “direito ao bem viver, com a liberdade caracterizada pela responsabilidade com o outro e com a natureza” (Cinzia Arruzza; Tiithi Battacharya; Nancy Fraser, 2019, p. 20). Em seu manifesto, as autoras nos convocam para um “Feminismo anti-imperialista, anticapitalista e anti-racista” (Arruzza; Battacharya; Fraser, 2022, p. 54).

Por outro lado, convém, ainda, destacar que, apesar de toda divulgação antifeminista e conservadora, algumas prefeitas, inclusive algumas pertencentes a partidos de centro e de direita, se identificaram como feministas, ou, ao menos, entenderam que muito do que fazem pelo município e que beneficia as mulheres encontra-se nas pautas feministas.

O estigma em torno do que representa “ser feminista”

As expressões “feminismo” ou “ser feminista” têm sido alvo de desqualificação há muito tempo e seu significado tem causado controvérsia e muita resistência. O que persiste é uma concepção negativa em torno da palavra. Sabemos que foi a partir do final do século XVIII, com a Revolução Francesa e a declaração dos direitos do homem e do cidadão, que ganhou destaque a luta de mulheres para obter direitos de cidadania, a qual, sabemos, não foi pensada para mulheres (Lynn Hunt, 2009). Esta luta que vai emergir com mais força na segunda metade do século XIX, com as sufragistas e, depois, nos anos setenta, com as lutas pelo direito ao corpo, enfrentou em cada momento desqualificações que definiram ser “feminista” como uma mulher mal-amada, solteirona, machona, sapatona, radical, separatista, lésbica, que odeia homens,

⁴ Informações disponibilizadas em <https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-gerais-2022/resultados-do-2o-turno/estatistica-geral?tab=ancora-1>.

⁵ Este número faz parte dos dados preliminares do Censo (IBGE, 2022), divulgados recentemente pelo IBGE. Segundo os dados, Santa Catarina tem 50,7% da população composta por mulheres e 49,3% por homens. Em números absolutos, o Estado registrou 3,8 milhões de mulheres e 3,7 milhões de homens (Laurindo, 2023) (LAURINDO, Jean. “SC está entre os 10 estados com menor proporção de mulheres na população; veja números”. *NSC Total*, 04/11/2023. Disponível em <https://www.nsc-total.com.br/noticias/sc-esta-entre-os-10-estados-com-menor-proporcao-de-mulheres-na-populacao-veja-numeros>).

enfim, alguém que leva tudo ao extremo e de cujas ideias se mantêm até hoje nos depoimentos de várias das prefeitas de Santa Catarina, por nós entrevistadas:

Eu me considero **Feminina**. [...] Feminista é aquela mulher que defende ao extremo por ser mulher, porque nós temos que ter o equilíbrio. [...] (Prefeita 1, PL).

[Me considero] **Feminina**. [...] Acho que ser feminina é você aceitar a escolha do outro [...], na minha concepção, até pela psicologia, ser feminista ou antifeminista é chegar a extremos. Então, sendo feminina, acho que consigo lidar com as adversidades e com essas escolhas, com potencialidades, enfim, e manter o equilíbrio (Prefeita 5, MDB).

Já há acumulada uma série de estudos que tentam explicar o antifeminismo, tanto por parte de homens como por parte de mulheres. Rachel Soihet (2003) aponta para o uso da charge, na forma de deboche, como peça de humor contra as mulheres que lutavam pelos seus direitos, no século XIX e início do século XX. Uma mulher intelectualizada e emancipada era considerada uma ameaça e estas eram alvo de diferentes formas de desqualificação, como piadas, crônicas, charges. Esta mesma autora, em 2005, publicou texto mostrando como o periódico *Pasquim* utilizou a zombaria para desqualificar o feminismo nos anos setenta, expressando uma feroz luta contra o movimento de mulheres que ganhava destaque naqueles anos, questionando a separação entre público e privado, mostrando o caráter estrutural do patriarcado. Os editores do periódico, apesar de se empenharem na luta contra a ditadura e, portanto, fazerem parte da esquerda militante da época, também reforçaram estereótipos contra o movimento feminista (Soihet, 2005). Estes homens, tanto os do final do século XIX e início do XX, como os dos anos setenta, temiam perder os privilégios na relação de gênero da época.

Céli Pinto (2003) nos lembra como as mulheres que se identificavam com o feminismo no Brasil dos anos setenta lidaram com muitas barreiras: do lado da direita, eram consideradas destruidoras dos valores da família e da moral; do lado da esquerda, a luta era considerada como pouco importante e capaz de causar divisão na batalha contra a ditadura.

Não são, entretanto, somente homens que desqualificam a luta das mulheres por direitos em geral e o feminismo em particular; as mulheres também têm se engajado em lutas antifeministas, como vimos no depoimento das prefeitas, acima. A rejeição, o afastamento, essa adoção de uma atitude antifeminista por parte das mulheres também têm sido objeto de preocupação nas ciências humanas. Margareth Rago (2002) pergunta: como se explica a atitude antifeminista socialmente difundida e incorporada por mulheres que usufruem das conquistas feministas que temos hoje e levaram muitas décadas para se concretizarem? Ela lembra que nós, mulheres, somos herdeiras das lutas, da militância, do comprometimento, das conquistas e da persistência das muitas que nos antecederam e nos garantiram os direitos e a qualidade de vida de que atualmente desfrutamos. As ativistas feministas alteraram a vida de milhões de mulheres na sociedade ocidental. Fizeram campanhas pelo reconhecimento dos direitos das mulheres: direito de existir com dignidade, direito de propriedade, direito à educação e ao trabalho, direito de votar e ser eleita, direito a participar dos espaços de poder e decisão, direito ao próprio corpo, direito a viver uma vida livre de violências, direito de viver em igualdade de condições com os homens, entre outras conquistas.

Mulheres de direita no Brasil ganharam os espaços públicos no início dos anos sessenta e deram suporte à ditadura militar. Embora não se identificassem como antifeministas, saíram às ruas em manifestação contra o que consideravam ameaça comunista e em defesa da religião, da pátria e da família. Apresentavam-se no espaço público como mulheres, mães e esposas, seres do espaço privado, do lar, preocupadas com a “comunização” do país que, segundo acreditavam, precisava ser interrompida, pois ameaçava a família brasileira (Eduardo Chaves, 2021, p. 4).

Nesta primeira metade do século XXI, temos vivido uma nova onda conservadora com amplas cores antifeministas. A chamada “ideologia de gênero”⁶ tem sido usada como instrumento para ganhar eleições e atender a uma pauta moral, reacionária e antifeminista que tem repercussões internacionais. No Brasil, no período de 2018 a 2022, a Ministra das Mulheres iniciou sua posse com um slogan que dizia “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, e o que se viu no parlamento foi o crescente número de projetos de lei que pretendiam retirar direitos das mulheres (Thaís Batista Rosa Moreira, 2024).

O que se observou, então, foi o recrudescimento de um movimento “antifeminista, antiLGBT, antigênero e misógino” (Pedro; Cristina S. Wolff; Janine Silva, 2022, p. 11), capitaneado pelas Igrejas Evangélicas Pentecostais, que ganharam influência, riqueza e espaço na política, garantindo uma bancada de deputados e senadores que define os rumos do Congresso

⁶ Ideologia de gênero é o nome que tem sido dado para um movimento antidireitos das mulheres e da população LGBTQIAP+, deflagrado inicialmente pela igreja católica, mas que ganhou espaço em outras igrejas cristãs em diferentes países. Está ancorado na ideia de uma binaridade biológica entre homem e mulher. Afirma defender as crianças do que consideram doutrinação de gênero e na “importância de os pais educarem seus filhos conforme suas convicções” (Menin; Pedro, 2022, p. 301).

Nacional, além de uma rede de religiosos (pastores e padres) que divulgam e reforçam o conservadorismo.

Em Santa Catarina, estado das prefeitas que estamos analisando, este movimento conservador levou à vitória, nas eleições de 2018 e de 2022, deputadas estaduais e federais cuja principal bandeira é o antifeminismo e o antigênero. Isso significa que um público eleitor foi significativamente afetado por tudo isso e que as prefeitas eleitas em 2020 fizeram parte deste processo.

Algumas prefeitas espantaram-se quando, na entrevista, descobriram que algumas de suas ações poderiam ser consideradas feministas, como, por exemplo, considerar que é importante combater a violência contra mulheres, levar em conta o direito das mulheres, considerar que mulheres são tão capazes como homens de administrar uma cidade, por exemplo. No depoimento, seu espanto indica um entendimento distorcido sobre o que seria feminismo, afinal, a desinformação favorece o antifeminismo:

Nossa senhora, posso me identificar com mais coisas? Eu acho que eu sou uma mulher **feminina**, mas eu acho que eu também sou uma mulher **feminista** [...] (Prefeita 6, PSDB).

[...] Eu sou **feminista**, então? Ah, que legal, eu nunca sabia nem determinar o que era isso. Eu nunca vi o significado do feminismo, então, talvez, por isso, eu sou e nem sabia disso (Prefeita 2, PL).

Importante destacar, ainda, que elas não se consideram antifeministas, tanto que não rejeitaram a ideia de se identificar como feministas. Convém lembrar que nenhuma se identificou como antifeminista. O que colocam como contrário ao feminismo é se dizer “femininas”.

No entender de Lourdes Bandeira e Hildete de Mello (2010), reconhecer-se e assumir-se feminista, muitas vezes, é um processo lento, que gera conflito, já que o contexto e o ambiente nem sempre são favoráveis. Em primeiro lugar, é importante deixar afetar-se na própria subjetividade, ou seja, conscientizar-se das desigualdades entre homens e mulheres, indignar-se com as injustiças, principalmente as que têm suas raízes no poder, na dominação, no machismo, na misoginia e em todos os processos que exploram, discriminam e oprimem as mulheres. Assumir-se feminista implica uma reconstrução de identidade que, na maioria das vezes, requer coragem, confrontação consigo mesmas, utilização de estratégias e muita resistência!

As autoras apontam duas saídas para desconstruir e reverter a forma negativa e enviesada de como a cultura feminina tem afetado o nosso mundo, nos conclamando a reconhecer e valorizar o legado que o feminismo tem deixado para nós, mulheres: 1. Investir na produção de conhecimento – a constituição de uma área de estudos feministas em quase todas as universidades do mundo ocidental permitiu inovar profundamente o reconhecimento da participação das mulheres nos processos históricos. 2. Valorizar a contribuição das Epistemologias Feministas – Sandra Harding (1996) aponta para a necessidade da descentralização do foco de atenção da masculinidade no interior do pensamento e nas práticas sociais.

Os espaços em que as mulheres têm tido seus primeiros contatos com o feminismo, e através deles conseguem visualizar as lutas e conquistas já alcançadas, geralmente, são: a academia ou o interesse autodidata; o desempenho profissional ao assumirem cargos de poder; a participação em movimentos sociais e em espaços comunitários.

Entre as prefeitas de Santa Catarina, algumas, nas entrevistas, se identificaram como feministas. É importante lembrar que, apesar de toda desqualificação do feminismo, algumas se identificam e refletem sobre ele.

Eu me identifico como **Feminista**. [...] Para mim, ser feminista é defender as mulheres, a nossa classe, lutar pelos direitos delas, estar sempre presente nas lutas para conseguir os direitos, para poder crescer, mostrar nossa força. [...] muitas mulheres são vítimas de abusos [...] como se elas não existissem, como se elas fossem obrigadas a aceitar certas situações. [...] Então, eu me assumo como feminista para defender o direito dessas mulheres que não têm voz, que não são ouvidas ou que têm medo de procurar os direitos (Prefeita 8, MDB).

Acho que eu sou **feminista**, eu apoio as mulheres mesmo. [...] Eu penso que ser feminista é a luta das mulheres, nós temos que lutar pelo nosso espaço [...], mostrar que nós temos potencial e podemos fazer. A gente passa por situações [...] que os homens não consideram, eles acham que só eles sabem, que as mulheres não têm condições, mas nós temos. A gente precisa se impor e mostrar que nós temos capacidades (Prefeita 9, PSDB).

Eu tenho um lado mais pendente a ser **feminista** [...] ser antimachismo é um ponto. Ser feminista é olhar a questão da mulher com mais cuidado, porque eu sempre vejo a defesa dos homens, os homens sempre estão certos [...] Eu sou a Prefeita que quebrou os paradigmas de subir no salto, toda maquiada, roupa da moda, chegar chegando. Quem me viu na escola e me vê hoje prefeita, sou a mesma professora que está no momento prefeita, a mesma pessoa. Então, entre ser machista, feminista ou feminina, eu sou feminista (Prefeita 10, PT).

Outras, ainda, iniciam sua resposta dizendo que são feministas, mas acrescentam uma crítica ao movimento. Consideram que há exagero, que as feministas são contra homens, que os desqualificam, que existem mulheres que se utilizam do movimento para se projetarem e, assim, que não concordam com tudo que é identificado como feminismo e há até quem considere que o feminismo buscaria um apoio das mulheres, mas que isso não deveria ocorrer, pois as que apoiam seriam prejudicadas. Interessante pensar que generalizam as pautas feministas, falam do movimento como se fosse homogêneo, como se não fosse plural e diverso. Esta posição que defendem, mas coloca este tipo de rejeição, tem sido pensada como próprio do “pós-feminismo”. Este movimento, que também não é homogêneo, aceita, portanto, não nega, as conquistas de direitos promovidas pelo feminismo, mas entende que este movimento já fez seu trabalho, que já há leis suficientes de proteção das mulheres, que está se radicalizando e exagerando na criação de performances que envergonham. Pesquisadores como Santiago Morcillo, Estefanía Martynowskyj e Matías Barbero (2024) têm pesquisado nos espaços virtuais da Argentina o crescimento deste tipo de ativismo no YouTube, que está conquistando muito engajamento. Os autores consideram que esta é uma forma de deslegitimar o feminismo e as feministas. Vamos acompanhar o que dizem as prefeitas:

Olha, eu sou **Feminista**, lógico, a gente defende as causas das mulheres, mas eu acredito que tudo se completa. Eu acredito muito na força do homem, então não sou aquela feminista de camiseta, mas algumas coisas eu defendo na classe das mulheres. Mas também acho que o homem tem uma grande importância e que os dois se completam (Prefeita 11, MDB).

Não sou feminista nem antifeminista, eu acho que eu sou **feminina**. [...] ser feminista seria aquela pessoa que enaltece a mulher, lá em cima, eu vou defender, porque é mulher. Eu até brinco, *in off*, eu queria matar quem botou nós no serviço, sabe? Que eu queria estar lavando roupa uma hora dessas. Mas eu acho que a mulher tem o espaço dela, sim, é óbvio, tanto que eu estou aqui, eu sou médica há 37 anos, porque eu vim de uma família onde a mulher era muito forte. Minha mãe tem 98 anos e ela fez faculdade em uma época [...] que era raro fazer faculdade. Mas eu não me rotulo ... (Prefeita 12, MDB).

Na verdade, eu sempre digo que sou um pouco do contra, estou sempre na contramão. E nessa questão da mulher na política, nós estamos de igual para igual, não preciso estar no movimento feminista, não preciso estar brigando por espaço, dizendo que nós somos melhores ou diferentes. Eu nunca tive problema em estar em espaços com homens, a minha vida foi trabalhar sempre nos espaços masculinos. Eu já tive um posto de gasolina [...] eu fiz transporte escolar por 12 anos [...] tinha 16 vans nesse lugar e só tinha eu de motorista mulher, sempre fui respeitada [...] já estive em reunião com 30 pessoas, só eu de mulher, nunca me senti diferente ou minoria, eu estava lá de igual para igual. Eu estou lutando por uma causa [...] não acho que vou ser menos política pelo estado de gênero, tanto que na eleição [em] que eu concorri pela primeira vez no meu município, teve três candidatos, dois homens e eu de mulher, e eu venci a eleição (Prefeita 13, PP).

É evidente que estas prefeitas não fazem parte de qualquer movimento pós-feminista, mas dá para notar que algumas ideias coincidem: querem valorizar o homem (como que se ser feminista fosse não valorizar); dizem que as redes sociais mostram coisas feitas por feministas que as envergonham e que elas exageram; o feminismo trouxe muito trabalho (ela queria estar lavando roupa agora); nunca teve problemas por ser mulher, ou seja, nunca precisou do feminismo. Estes são argumentos que circulam entre o virtual e o *off-line* e que aparecem nas narrativas das prefeitas que dizem ser feministas, “mas nem tanto”. Seria um “feminismo bem-comportado”? Um enfoque diferente de feminilidade? Ou uma nova forma de desqualificar o feminismo?

Notamos, ainda, em várias entrevistas, uma articulação com a “essência feminina”:

[...] É isso aí mesmo. Eu acho que a gente tem os mesmos direitos e a gente consegue, pela nossa capacidade, a mulher tem muito mais “atinações”, consegue fazer coisas junto, mas também não desmerecendo eles, eu acho que tem que caminhar lado a lado... Porque eu digo [...] por mais que a gente esteja empoderada, a gente ainda gosta de receber flores. Nós ainda queremos ser abraçadas, receber o carinho, então, acho que a gente não pode perder esse nosso lado feminino. A gente pode até ser feminista, mas acho que a gente não pode perder essa nossa essência de mulher, de feminina. É um conjunto (Ex-prefeita 1, PSD).

Nós precisamos de mais mulheres na política, porque nós temos muita sensibilidade, mas nós também temos razão. A gente tem muito discernimento, nós somos, eu acho, muito mais organizadas, a gente consegue planejar mais, a gente é mais honesta, a gente tem a preocupação com o orçamento, do investimento [...] (Prefeita 5, MDB).

Estes dois depoimentos apontam para uma possível essência feminina que “gosta de flores”, quer ser abraçada, é mais “atinada”, tem mais sensibilidade, credibilidade, e mais honesta por ser mulher. Trata-se de um discurso presente nos anos setenta que afirmava que as mulheres não deveriam querer se igualar aos homens, que a “essência feminina” era superior à

masculina e que o mundo precisava se feminizar (Hélène Cixous, 1990). Parte deste discurso do passado tem retornado, claro, sem a ideia de que o feminino seria superior ao masculino.

Ainda, o discurso sobre mulheres serem mais honestas e confiáveis na administração pública aparece nos depoimentos. Este tipo de afirmação chegou a ser usado pelo Banco Mundial em 2001, advogando a presença de mais mulheres no serviço público e em cargos públicos (Anne Marie Goetz, 2007). A observação da quantidade de notícias que apontam para a prisão de prefeitos acusados de corrupção pode nos levar a pensar que este essencialismo se comprova. Entretanto, o fato de serem figuras novas na política e de terem pouca experiência, certamente, são fatores que as mantêm longe das possibilidades de serem atraídas para redes políticas que têm gerado estes acontecimentos.

Fazer política como extensão do espaço doméstico - uma politicidade feminina diferente da masculina?

Ao serem indagadas acerca de qual o principal legado que estão deixando para o Município, a grande maioria das prefeitas centrou suas respostas em projetos direcionados às “pessoas”, à “comunidade”, aos “seres humanos”, ou seja, com foco centrado nas áreas da educação, saúde e assistência social, como podemos constatar em alguns depoimentos a seguir:

Minha gestão, desde o início, foi voltada ao cuidado das pessoas, do ser humano. Desde a questão escolar, instituímos a primeira merenda, as crianças chegavam na escola mal-alimentadas, com fome. Nós somos uma região muito pobre. [...] melhorou muito a qualidade do aprendizado, porque saco vazio não para de pé. Essa é uma das questões [de] que eu me orgulho, porque mexe com uma estrutura que muda a vida de muitos, no futuro... (Ex-prefeita 2, PT).

Me capacitei na busca de recursos para cuidar das pessoas. Ganhamos prêmio a nível nacional, ficamos em primeiro lugar em compostagem e reciclagem, na questão do meio ambiente. Para as mulheres, trouxe ginecologista, pediatra e psicólogo para o Município. Fiz piscina de hidroterapia comunitária para as pessoas com problemas de coluna, joelhos, entre outros. Organizei o Plano Diretor com parcelamento do solo e investi na questão do turismo e da segurança (Prefeita 14, MDB).

Meu principal legado é fazer uma gestão mais humana, perto das pessoas, com obras voltadas para pessoas. Temos aqui uma creche em tempo integral, uma fábrica de produtos de costura que emprega mais de 600 mulheres. As escolas foram reformadas, foi construído um ginásio poliesportivo gigantesco, o esporte está sendo reavivado, bem como as escolinhas de contraturno (Prefeita 3, PT).

Nas narrativas, o principal enfoque são as pessoas, os seres humanos e a comunidade; lembramos, como já assinalado neste artigo, que grande parte destas prefeitas tem formação em pedagogia, saúde e serviço social, ou seja, profissões consideradas de mulheres e voltadas para o cuidado. Podemos, também, entender que essas prefeitas concebem a administração da cidade como o gerenciamento da casa. E em várias entrevistas elas explicitam isso. A cidade se torna uma espécie de extensão do espaço doméstico, ou seja, de suas funções maternas e de dona de casa, onde reinam a ordem, o cuidado com as pessoas, o controle dos gastos e, também, a honestidade. Lembremos que elas administram cidades com poucos habitantes. A maior cidade de Santa Catarina governada por uma das 30 mulheres que entrevistamos tem cerca de 50 mil habitantes e a menor tem menos de 2 mil. Isso permite conhecer de perto as pessoas que ali habitam.

Esse discurso das prefeitas sobre o cuidado com as pessoas poderia ser interpretado como a manutenção de uma raiz ainda persistente do que Rita Segato (2022) chama de “Feminismo Comunal” – uma proposta que tem a ver com o fato de existir uma politicidade feminina distinta da masculina. Para a autora, “a politicidade em caráter feminino tem a ver, e isso identificamos hoje, com a ocupação das mulheres no espaço público (...) de uma forma que tem características diferentes da maneira com que o espaço público é ocupado por homens” (Segato, 2022, p. 229).

Para Segato, masculino e feminino são histórias diferentes que transitaram entrelaçadas ao longo do tempo: “para começar, a politicidade feminina não é utópica, mas tópica. Isso quer dizer que é pragmática e não principista, resolve o problema de proteger e reproduzir a vida aqui e agora” (Segato, 2022, p. 230).

Os depoimentos das prefeitas sobre a gestão pública local, priorizando as pessoas e a comunidade, podem ter suas raízes em uma politicidade feminina, quando trazem à tona esse senso comunal, reconhecendo que é justamente no âmbito municipal que os impactos das políticas públicas se refletem mais diretamente na vida da população, e que isso se configura em oportunidades. Cabe a cada uma delas priorizar o que considera mais vital, principalmente, para as mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Por outro lado, a historiadora e escritora

argentina Marcela Nari (2004) nos traz uma reflexão sobre a politização da maternidade, argumentando que o gênero feminino tem sido construído como “naturalmente maternal” a partir de uma dada perspectiva política, tentando criar uma identidade subjetiva para as mulheres associada à abnegação, ao altruísmo e ao sofrimento, por um lado, e, por outro, sobre mulheres solteiras como “trabalhadoras da nação” em um contexto de desnatalização (Nari, 2004). Podemos inferir que este foi o caso de uma das prefeitas que permaneceu solteira e declarou: “sempre fui apaixonada pela política, e no final de 2015, decidi que era hora de fazer alguma coisa pela minha terra”. De acordo com Marcela Lagarde (2005, p. 33), essa essência feminina é “uma criação histórica cujo conteúdo é o conjunto de circunstâncias, qualidades e características que definem a mulher como um ser social e cultural genérico: ser de e para os outros”. Várias prefeitas demonstraram, em suas entrevistas, que elas próprias vão construindo sua identidade, situando a maternidade e o espaço doméstico como específico da mulher, relacionado à expressão da abnegação, à capacidade de dar (trabalhar, servir, cuidar) e satisfazer as necessidades dos outros sem esperar nada em troca.

Considerações finais

Em nosso artigo, procuramos visibilizar, ou seja, compartilhar um recorte das trajetórias políticas e de vida de mulheres prefeitas que fazem parte da História das Mulheres de Santa Catarina. Ao considerar que o Estado de Santa Catarina possui 295 municípios e, no decorrer da nossa pesquisa, somente 28 municípios (a maioria de pequeno porte) tinham como prefeita uma mulher, podemos referendar que essas mulheres se destacaram pela coragem, competência, seriedade e comprometimento com o trabalho administrativo realizado nas prefeituras de seus municípios.

O enfoque priorizado para esse artigo partiu de uma das questões dirigidas a elas no decorrer das entrevistas: “você se considera Feminista, Feminina ou Antifeminista?”. Constatamos que pouquíssimas prefeitas de Santa Catarina se identificam como feministas. Grande parte delas desconhece o sentido deste conceito e se diz feminina. E, diferente do que pensamos inicialmente, a identificação com o feminismo não esteve atrelada ao partido ao qual estavam vinculadas. Muitas reforçam a ideia de antagonismo entre estes dois conceitos. Entretanto, várias têm apresentado um modelo de feminilidade que inclui a possibilidade de ocupar espaços de poder. Por outro lado, um número significativo de prefeitas chega a refletir se o que faz pela cidade, ampliar serviços de saúde, escolas e creches, seria uma extensão do espaço doméstico, afinal, é esperado das mulheres administrar bem o lar e “cuidar” de pessoas. Outras, ao assumirem políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, estariam atuando como feministas, mesmo que um feminismo bem-comportado.

Chamou atenção o fato de as cidades administradas pelas 30 mulheres que entrevistamos possuírem poucos habitantes. A maior cidade de Santa Catarina governada por uma das entrevistadas tem cerca de 50 mil habitantes e a menor tem menos de 2 mil, conforme mencionado. O que acontece nas demais cidades catarinenses? Por que as cidades de médio e grande porte não conseguem eleger uma mulher como prefeita? Seria a recorrência de ondas conservadoras e de preconceitos contra o feminismo que tem se desenvolvido ultimamente no Brasil, em particular em Santa Catarina? Lembremos que a Justiça Eleitoral no Brasil tem estimulado muito a presença e a eleição de mulheres. E, mesmo que não existam cotas para a candidatura de mulheres ao poder executivo, leis e campanhas têm estimulado estas candidaturas.

Em 2024, foram eleitas em Santa Catarina 39 mulheres para as prefeituras. A esquerda elegeu somente duas (2) prefeitas. Os partidos de centro e direita elegeram as demais. Note-se que, na eleição de homens, o padrão também se manteve. A esquerda elegeu apenas cinco (5) homens.

É bem possível que a eleição, em 2018, de um candidato à presidência da República no Brasil com um projeto moralista, fundamentalista e antifeminista tenha sido a ponta do iceberg de um movimento político conservador que repercutiu no resultado das eleições para o governo do estado de Santa Catarina, em 2022.

Mas, se voltamos um pouco na história, podemos perguntar: o que aconteceu com os partidos de esquerda que poderiam ter impedido tal intento? Vale destacar que Santa Catarina foi o estado onde a esquerda, por diversas eleições, obteve seu melhor resultado (percentuais) na disputa presidencial (isto até se eleger pela primeira vez). Aqui, das dez maiores cidades,⁷ nove (9)⁸ já foram comandadas pela esquerda, seja o PT, ou outras expressões dela, como é o caso de Lages (onde Dirceu Carneiro fez uma épica e consagrada gestão), e da capital (já governada duas vezes pela ala progressista do PMDB, inclusive por um prefeito advindo do Partido Comunista Brasileiro).

⁷ Inúmeras cidades de porte médio também já foram dirigidas pela esquerda. Destaco a cidade de S. Miguel do Oeste, recentemente governada por Nelson Foss da Silva, do PT (2009 a 2012), liderança do Movimento dos Sem Terra (MST), que ficou nacionalmente famosa quando flagraram um grupo fazendo a saudação nazista, nas eleições de 2022.

⁸ A exceção é o município de S. José.

É bom lembrar, também, que, nos anos 1930, Santa Catarina elegeu a primeira deputada negra brasileira, Antonieta de Barros (1901-1952), também primeira deputada catarinense (assumiu um segundo mandato em 1948). Na sua meticulosa biografia, Jeruse Romão (2021, p. 246) constata que o mandato de Antonieta foi “prestigiado pela imprensa”, e, apesar da sua modesta origem social e sua condição de “mulher de cor”, sempre foi por ela enaltecida. A exaustiva investigação de Romão encontrou apenas um indício de Antonieta ter sofrido racismo, quando de um comício em Blumenau (então território da oligarquia rival à dos Ramos).

Como recuperar essa história? O que fazer para que mais mulheres possam reconhecer-se e assumir-se feministas, no atual contexto e ambiente político desfavorável em que se encontra o nosso Estado? Sabemos que se assumir feminista implica uma reconstrução de identidade que requer coragem, confrontação consigo mesmas, utilização de estratégias e muita resistência! Uma saída importante é apontada neste artigo para reconhecer e valorizar o legado que o feminismo tem deixado para nós, mulheres: o papel das Universidades na produção de conhecimento e constituição de uma área de estudos feministas que possa repercutir na formação de muitas profissionais que atuarão nas áreas da Educação (com crianças e adolescentes nas Escolas) e na Administração de Cidades, como é o caso das prefeitas. É preciso valorizar e criar espaços para que as mulheres possam ter seus primeiros contatos positivos com o feminismo, como por meio da participação em movimentos sociais e em espaços comunitários, da participação em cursos de capacitação promovidos pela academia, para que possam conhecer e visualizar as lutas e conquistas já alcançadas. Cabe mencionar, por fim, a importância da experiência e do desempenho profissional ao assumirem cargos de poder.

Referências

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%. Um manifesto*. Tradução de Eurídice Gomes. Lisboa: Objectiva, 2019.

BANDEIRA, Lourdes; MELLO, Hildete de. *Tempos e Memórias – Movimento Feminista no Brasil*. Brasília: SPM, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma Distinção Política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina”. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

CHAVES, Eduardo dos Santos. “Mulheres de direita, imprensa e o golpe de 1964: a ‘marcha’ noticiada”. *Revista História UEG*, Morrinhos, v. 10, n. 2, e-022104, 2021.

CIXOUS, Hélène. “Contes de la différence sexuelle”. In: NEGRON, Mara (Org.). *Leituras de la Différence Sexuelle*. Paris: Des Femmes, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. *University of Chicago Legal Forum*, Article 8, 1989. Disponível em <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em 08/2025.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*. 2007. 197f. Mestrado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

FÁVERI, Marlene de. “Guardiãs da Brasilidade: as mulheres e a educação em Santa Catarina no Estado Novo”. *Revista Ártemis*, n. 2, 2005. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2345>. Acesso em 29/04/2025.

GOETZ, Anne Marie. “Political Cleaners: How Women are the New Anti-Corruption Force. Does the Evidence Wash?”. *Development and Change*, v. 38, n. 1, p. 87-105, 2007.

HARDING, Sandra. *Ciência y feminismo*. Madrid. Ediciones Morata, 1996.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. "Censo Demográfico". IBGE, 2022.
- LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: UNAM – CEIICH – PUEG, 2005.
- LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, classe e etnia – trajetórias de vida de mulheres migrantes*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina; Chapecó: Argos, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres em sala de aula". In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 443-481.
- MENIN, Assis Felipe; PEDRO, Joana Maria. "A escola, o gênero e os embates com o neoconservadorismo 'restaurador'". *Políticas Culturais em Revista*, v. 15, p. 291-314, 2022.
- MORCILLO, Santiago; MARTYNOWSKYJ, Estefanía; BARBERO, Matías de Stéfano. "No estoy en contra del feminismo, pero...". Reacciones de oposición al feminismo en discursos online en Argentina". *Mora*, v. 30, n. 2, p. 109-126, 2024.
- MOREIRA, Thaís Batista Rosa. "Permanências, rupturas, transformações: os antifeminismos de ontem e de hoje". *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 77-97, 2024.
- NARI, Marcela. *Políticas de maternidad y maternalismo político. Buenos Aires, 1890-1940*. Buenos Aires: Biblos, 2004.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. "Desafios dos feminismos na História do Brasil Contemporâneo". *História*, São Paulo, v. 41, p. e2022016, 2022.
- PESSOA, Fernanda. "Historiador explica por que Santa Catarina tem tantos grupos neonazistas". *Portal Catarinas*, 2023. Disponível em <https://catarinas.info/historiador-explica-por-que-santa-catarina-tem-tantos-grupos-neonazistas/>. Acesso em 29/06/2025.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral". *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 15, p. 13-49, 1997.
- RAGO, Margareth. "Feminizar é preciso, ou Por uma cultura filógena". *Revista do SEADE*, São Paulo, 2002.
- ROMÃO, Jeruse. *Antonieta de Barros: Professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*. Florianópolis: Cais, 2021.
- ROYER, Paulina Sánchez. "Movimiento Neoconservador – Consecuencias para los Derechos de las Mujeres en Chile 2019-2023". In: VALDIVIESO, Magdalena; CAROSIO, Alba (Coords.). *Feminismos en el nudo de ultraderechas y neoconservadurismos radicales*. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2025.
- SEGATO, Rita Laura. "Aníbal Quijano, o protagonismo da comunidade na história e a politicidade das mulheres: um diálogo com Abdullah Öcalan". In: SEGATO, Rita Laura. *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 229-252.
- SOIHET, Rachel. "Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-611, 2005.
- SOIHET, Rachel. "Sutileza, Ironia e Zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação". *Labrys*, n. 4, 2003.

Joana Maria Pedro (joana.maria.pedro@ufsc.br; joanamaria.pedro@gmail.com) é professora emérita da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutora em História Social (Universidade de São Paulo, 1992), professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, com pós-doutorado na França e nos Estados Unidos. Hoje está aposentada e trabalhando com professora voluntária nos programas de Pós-Graduação em História e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

Teresa Kleba Lisboa (tkleba@gmail.com) é Professora Titular aposentada pelo Departamento de Serviço Social da UFSC desde 2018 e trabalha como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É doutora em Sociologia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 2000) e tem pós-doutorado em Estudos Feministas pelo PUEG/UNAM/México. Foi coordenadora do IEG – Instituto de Estudos de Gênero da UFSC.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

PEDRO, Joana Maria; LISBOA, Teresa Kleba. "Modelos de feminilidade e de feminismo bem-comportado as prefeitas de Santa Catarina". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 1, e109437, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Os dados para este artigo tiveram contribuições de dois projetos: "Histórias de mulheres eleitas: candidaturas e exercício de cargo político no Cone Sul (1982-2019)", financiado pelo CNPq, Processo: 309875/2021-8 e, também, "MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)", financiado pelo CNPq, Processo: 404662/2021-8.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 22/10/2025
Aceito em 25/10/2025

EDITORA RESPONSÁVEL

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

EDITORA CIENTÍFICA

Ana Laura de Giorgi  0000-0002-4304-6514

